



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

ATA DA 3ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DO TRT DA 11ª REGIÃO – 27/11/2023.

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de 2023, às 08h30, reuniram-se, na Sala Multiuso, para tratarem de temas relacionados à execução da Estratégia Institucional do TRT11, no que tange ao Plano Estratégico Institucional (PEI 2021-2026) e aos projetos que integram o Plano de Gestão da Presidência (PGP 2022-2024), sob a presidência do Excelentíssimo Desembargador **AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA**, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região e da Juíza Auxiliar da Presidência **CAROLINA DE SOUZA LACERDA AIRES FRANÇA**, os dirigentes do nível tático do TRT11 e demais servidores por eles indicados, os quais se encontram abaixo relacionados: **Neila Hagge Belloni de Medeiros** (Diretora da Secretaria-Geral da Presidência – SGP), **Dayana Arnaud de Oliveira** (Chefe do Gabinete de Apoio à Secretaria-Geral Judiciária), **Ildefonso Rocha de Souza** (Diretor-Geral), **Alice Assam Diez** (Assistente da Coordenadoria de Apoio ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Disputas – COONUPEMEC), **Simone Ohana Castro** (Diretora do Centro de Inteligência, Coordenadoria de Precedentes e Ações Coletivas - CIPAC), **Mônica Lopes Sobreira Leite** (Diretora da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SEGGEST), **Alfredo Melo da Silva** (Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas - SGPES), **Lucas Ribeiro Prado** (Diretor da Coordenadoria de Gestão do Desenvolvimento Funcional - CODEP), **Hylace Miranda Braga Filho** (Diretor da Divisão de Laboratório de Inovação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – LIODS-TRT11), **Gabriela Maria Duarte Augusto Fraiji** (Assistente da Coordenadoria de Governança de Contratações e Obras - COGCO), **Ricardo Marques de Lima** (Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional - CORREGI), **Matheus de Jesus Carvalho Moura** (Diretor da Assessoria de Integridade e Gestão de Riscos - ASSIGER), **Evandro Video de Souza Junior** (Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC), **Fred Barreto Lima** (Diretor da Divisão de Sistema de Informação – DIVINF), **Jander Lúcio Teixeira e Silva** (Diretor da Secretaria de Administração - SAD), **Luana Joia de Figueiredo Costa Balbino** (Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF), **Matheus da Silva Santos** (Diretor da Coordenadoria de Comunicação Social - COORDCOM), **Jurandir da Conceição Santos Filho** (Diretor da Coordenadoria de Manutenção e Projetos - COMANP), **Edneia Silva dos Santos** (Assistente da Coordenadoria de Saúde - CODSAU), **Cristina Marinho da Cruz** (Diretora da Divisão de Execução Concentrada - DECON), **Edilson da Conceição Moura Junior** (Diretor de Divisão de Pesquisa Patrimonial - DIPEP), **Winder Jane Moreira Silva** (Diretora da Divisão de Projetos e Iniciativas Nacionais - DIPIN) e **Gabriel Melgueiro Neto** (Assistente Chefe da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SEGGEST). A reunião foi aberta pelo Excelentíssimo Presidente do TRT da 11ª Região, Desembargador **AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA**, o qual deu boas-vindas a todos, passando logo em seguida a palavra à Diretora da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica (SEGEST), a servidora **Mônica Lopes Sobreira Leite**, que, inicialmente, cumprimentou as pessoas presentes e teceu os seguintes comentários em relação à RAE: Como sabemos, esta reunião tem como objetivo principal o acompanhamento da execução da estratégia mediante a análise de indicadores, metas e iniciativas, o que envolve o andamento dos projetos do PGP 2022-2024, os quais foram definidos com base nos objetivos estratégicos do PEI TRT11 2021-2026, conforme segue: **1 - Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais**, ao qual estão vinculados os seguintes projetos: *Preço Justo - Benefício*



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Abastecimento TRT11, Rede de Segurança Integrada (RSI), Atendente Virtual, Vídeo Institucional do TRT11 e Melhor Prevenir a Remediar; 2 - Promover o Trabalho Decente e a Sustentabilidade, ao qual estão atrelados o projeto *Retina, Construção da Sede da VT de Tefé, Adequação do Espaço Físico para a Instalação do LIODS, TRT11 Sustentável, Construção do Bicicletário e Vestiário e Construção do Novo Plenário no Térreo – Prédio Sede; 3 - Garantir a duração razoável do processo*, temos os projetos *Sustentare, Relatório de Pesquisa Prévia, Plano de Apoio às Varas e Execução de Médios Devedores; 4 - Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados*: temos o projeto *Recadastramento Geral de Ocupantes de Cargos e Funções Comissionadas; 5 - Assegurar o tratamento dos conflitos trabalhistas*, temos os projetos *Mediação Pré-Processual, Cadastro de Mediadores do TRT11 e Adesão de Varas ao CEJUSC JT do TRT11; 6 - Garantir a efetividade do tratamento das demandas respectivas*: temos o projeto *COLLAB; 7 - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica*: temos os projetos *Geia - Gestão de Itens Avaliativos do Prêmio CNJ de Qualidade, Aprimoramento da Governança nas Contratações, Implantação de Gerenciamento de Processos, Portal SGPES, Consolidação das Normas da CONAE, Novo Portal Intranet, Boas Práticas em Contratações e Acesso Simplificado a Dados; 8 - Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira*, temos o projeto *Orçamento em Foco; 9 - Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional*: temos os projetos *Jornada de Aprendizagem, Central de Atendimento ao Servidor, Saúde em Movimento, Muttley, TRT Remoto, Co-Working de Desenvolvimento de Pessoas e Vínculo Remoto; 10 - Aprimorar a Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC e a proteção de dados*: temos os projetos *Conectat11, Segurança da Informação, Painéis de Informações Gerenciais da SETIC e Sistema Integrado de Gestão de Pessoas - SIGEP*. Logo em seguida, a **Diretora da SEGGEST** pediu objetividade aos/às gestores(as) em suas falas e passou a tratar do projeto da sua unidade, dando início a sequência de apresentações, que obedeceu à seguinte ordem: **1 - SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA – SEGGEST**: a **Diretora da SEGGEST** fez os seguintes comentários sobre o projeto da sua unidade: o projeto **GEIA – Gestão de Itens Avaliativos do Prêmio CNJ de Qualidade** está em pleno funcionamento, passando por fases de aprimoramento e também de aperfeiçoamento, pois serão desenvolvidos novos painéis nos mesmos moldes do GEIA, que foi criado com o objetivo de acompanhar e monitorar o desenvolvimento das atividades relacionadas aos requisitos do Prêmio CNJ de Qualidade, impulsionando o desempenho do órgão e a excelência dos serviços prestados aos jurisdicionados. Esse projeto está sendo desenvolvido pelo Daniel Santos, servidor lotado na SEGGEST, que está em gozo de férias no momento. As etapas concluídas são: 1. *Gerenciamento de cadastro de usuários e requisitos* - até porque o sistema já foi usado para o prêmio deste ano, tendo sido cadastrados todos os seus requisitos; 2. *Monitoramento e Acompanhamento dos status e das pontuações dos itens do Prêmio CNJ de Qualidade 2023*; 3. *Gerenciamento dos documentos para agilizar/facilitar o upload no questionário* e 4. *Envio de e-mails de notificação e gráficos para acompanhamento da performance do tribunal e dos setores responsáveis*. Na época em que cobramos os documentos e o cumprimento dos itens, não tínhamos as funcionalidades de envio de e-mails e os gráficos, as quais estão agora implantadas e em aperfeiçoamento. O que precisa ser feito em termo de melhorias deste projeto? **1. Algumas unidades não preencheram as informações no sistema com agilidade**: o sistema foi desenvolvido com o intuito de prevenir, de verificarmos o andamento de como estamos em relação à pontuação e de permitir a adoção tempestiva de medidas que se fizerem



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

necessárias, sobretudo, nas situações em que seja requerida a tomada de decisão pela presidência. Então, se não tivermos esse feedback, não tem como a gestão estratégica saber se as unidades estão com alguma dificuldade de cumprir o item. Ainda que a resposta seja negativa, o campo no sistema deve ser preenchido; **2. Dificuldade em separar as responsabilidades de cada item para as unidades responsáveis:** às vezes, um mesmo item pode estar relacionado a mais de um setor, o que gera dúvidas sobre de quem seria de fato a responsabilidade; com o projeto em andamento, passamos a compartilhar o mesmo item entre os setores responsáveis, o que contribuiu para reduzir essa dificuldade. Como próximas etapas, temos: **1. Implantação em um servidor web próprio do TRT11:** utilizamos o servidor do DATAJUD e da Estatística, mas pelo grande volume de informações, não conseguiríamos rodar o GEIA, então trataremos disso com a SETIC; **2. Melhorias de segurança e autenticação:** **3. Geração de relatórios gerenciais:** que indicam a pontuação, o percentual, o que foi implementado, sendo emitidos quando necessários à alta gestão; **4. Implementação de novos sistemas satélites (Painel da Transparência, Gerenciamento de Projetos e Estatísticas):** com base no GEIA, inicialmente criado em função do Prêmio de Qualidade, vamos implantar mais dois sistemas: o *Painel da Transparência* e o *Gerenciamento de Projetos*.

2 - SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA (SGJ): a servidora **Dayana Arnaud de Oliveira**, em substituição à Secretária-Geral Judiciária *Devane Batista Costa*, que estava participando do Seminário Roraimense “Capacitismo e Acessibilidade: ensinar para incluir”, teceu os seguintes comentários sobre os projetos da unidade: a Secretaria-Geral Judiciária tem dois projetos: o *Sustentare* e o *Collab*. O *Sustentare* tem como objetivo uniformizar os procedimentos de inscrição de sustentação oral, garantindo agilidade e segurança jurídica na ordem de inscrição por parte das advogadas e advogados, fortalecendo, perante a sociedade, a transparência e a efetividade na elaboração das pautas de sustentação oral. A gerente do projeto é a Devane Batista. O *Collab*, que visa à uniformização de jurisprudência em temas repetitivos ou com grande repercussão social, tem como gerente a Simone Ohana. O projeto *Sustentare* está 60% executado, começamos as fases de testes; foram concluídas as seguintes etapas: - *Levantamento das necessidades e peculiaridades das Secretarias e Coordenadorias de apoio aos OJC's quanto aos procedimentos de inscrição de sustentação oral por advogados e advogadas;* - *Pesquisa junto a outros Tribunais de ferramentas automatizadas de inscrição de sustentação oral;* - *Levantamento minucioso da ferramenta, a fim de identificar aquelas que são mais intuitivas e didáticas e que possuem maior grau de operabilidade, funcionalidades para os(as) usuários(as);* - *Realização de contatos com o TRT15, titular do software escolhido, que já disponibilizou a ferramenta para o TRT11. O Termo de Cooperação Técnica com o TRT15, detentor da propriedade intelectual, ainda não foi assinado, o que deverá ocorrer quando a fase de teste da ferramenta for concluída. Ao que a Diretora da SEGGEST pediu a palavra e fez o seguinte comentário: tudo o que compartilharmos com outro tribunal ou o que recebermos, é bom fazermos o Termo de Cooperação Técnica, até porque possuímos um setor para tal mister agora, que é a Divisão de Cooperação Judiciária – DICOOP, ressaltando-se que o referido termo necessita das assinaturas da Diretora da DICOOP e do Juiz de Cooperação, que, em Manaus, é a Dra. Carolina Lacerda e, em Boa Vista, o Dr. Gleydson Ney. A servidora Dayana Arnaud de Oliveira retomou então a sua apresentação e falou o seguinte: estão pendentes de realização as seguintes etapas: - *Treinamento das unidades envolvidas na execução e operação da ferramenta;* - *Teste, execução e operacionalização da ferramenta no âmbito das unidades de apoio aos órgãos julgadores colegiados.* No momento, estamos na fase de testes e tentando*



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

resolver os problemas que estão surgindo tais como: 1 – Erro desconhecido ao consultar inscrição para sustentação oral; 2 – Ao tentar inserir uma nova inscrição, qualquer que seja o Órgão Julgador Colegiado escolhido, o sistema não encontra nenhuma lista de salas/sessões de julgamento, ou seja, não aparece, não carrega o processo que está lá na pauta. Estamos buscando o suporte junto ao Gabinete da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações do TRT da 15ª Região, criador da ferramenta, para descobrirmos o que está acontecendo, resolvermos e colocarmos a ferramenta o mais rápido possível em perfeito funcionamento. A nossa maior dificuldade é justamente esse contato, pois a comunicação, a pedido do TRT15, é feita por e-mail e a resposta costuma levar vários dias. Acreditamos que até o final desta semana, conseguiremos solucionar esse erro que está aparecendo. A palavra foi passada à servidora **Simone Ohana Castro**, Diretora do Centro de Inteligência, Coordenadoria de Precedentes e Ações Coletivas (CIPAC), que assim se manifestou: o projeto **Collab** foi elaborado pela Coordenadoria de Precedentes para estimular a instauração e julgamento de Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs) e Incidentes de Assunção de Competências (IACs), visando, em especial, ao Prêmio do CNJ. Neste ano de 2023, infelizmente, não conseguimos nenhuma pontuação, porque o julgamento depende da instauração, da admissibilidade e por fim, do julgamento do mérito. Porém, para o ano de 2024, nós já conseguimos 5 pontos, pois já temos um IRDR com mérito julgado, com acórdão publicado (na data de 14/08/2023) e temos outros 4 que já foram admitidos e estão com o Dr. Alberto Bezerra, já em fase de manifestação das partes, os prazos já se encerrando e, em breve, serão colocados em pauta para julgamento do mérito. Então, eu acredito que, em 2024, atingiremos a pontuação máxima em relação ao IRDR e ao IAC. Em relação à outra pontuação, que é de responsabilidade do Centro de Inteligência, nós já conseguimos 10 pontos de 15. Só falta uma nota técnica a ser aprovada, o que deverá ocorrer ao longo de 2024. Então, se Deus quiser, nós teremos 30 pontos pelo setor da CIPAC. **3 - CORREGEDORIA REGIONAL (CORREGI):** o servidor **Ricardo Marques de Lima**, Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional (CORREGI) assim se manifestou: a Corregedoria tem basicamente como projeto a questão dos painéis para a migração do Hórus, que é o sistema usado no momento, para o Power BI, que está sendo usado em quase todos os regionais e órgãos públicos. Essa migração já foi feita, estando 100% concluída. Temos também que fazer a automação da ata, o que deve ocorrer em breve. Quanto aos painéis, que foram conseguidos, diplomaticamente, com o TRT da 6ª Região, são 3 e já foram implementados. Eles ainda não estão disponibilizados e só serão colocados à disposição das Varas e de todo Regional e o público externo a partir do ano que vem. Sobre o **Painel Luz**, a cada 3 meses, o CSJT faz um apanhado de todas as Varas, considerando o período de 01 ano atrás, ou seja, 12 meses, avaliando e classificando-as nacionalmente no IGEST (Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho), que é um índice que faz a classificação das mais de 1.570 varas existentes nos TRTs. Nós também podemos fazer uma classificação regional. Qual era o grande problema? É que, no intervalo desses 3 meses, nós ficávamos no escuro, não sabíamos se estávamos melhorando ou piorando. Daí o nome sugestivo de **Painel Luz**. O programa já está todo desenvolvido. Na tela que aparece agora, há um link que nos permitirá demonstrar algumas funcionalidades do painel, o que passo a fazer agora. Exemplificando, vamos selecionar uma Vara, no caso a 1ª Vara de Boa Vista. Na classificação feita em final de outubro, ela ficou na 51ª colocação no ranking geral, mas ela ocupava a 25ª posição, conforme foi mencionado na última RAE. Se nós compararmos hoje, ela está tendo uma involução, está caindo e se nós fizéssemos esse mesmo levantamento



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

agora, ela já estaria na posição 141, uma queda considerável. Qual é a grande vantagem advinda com o uso do **Painel Luz**? Conseguiremos ver agora onde ela está evoluindo ou involuindo, em qual dos indicadores ela está caindo e trabalhar onde estão ocorrendo falhas. Então, por exemplo, temos o I2 – estão involuindo... se clicarmos aqui no I2, podemos ver os processos que estão impactando essa involução, e a vara pode acessar diretamente os processos que estão impactando negativamente esse índice. Aparece na tela do painel, o número de cada processo, e ao clicar no link disponibilizado, o PJe será aberto diretamente no processo respectivo. Então, o servidor poderá trabalhar no processo que especificamente está gerando esse impacto. Uma vez resolvido, ocorrerá a baixa, o que permite que a vara volte a crescer nesse índice. Temos aqui no painel as Varas, podemos clicar e escolher uma destas unidades. Por exemplo a VT de Coari, na última contagem, estava em 290. Hoje, ela está em processo de evolução. Se fosse feita a contagem hoje, estaria em 239, então ela já está melhorando consideravelmente. Mesmo assim, tem um índice aqui em que ela está involuindo. Então, ela poder fazer o mesmo processo, clicar no indicador que está ruim, no caso aqui seria *pendências* e trabalhar só nesses processos, um upgrade impressionante. Outra coisa interessante é que o CSJT dividiu as Varas em 3 grandes blocos: o AZUL bem mais forte corresponde a 25% das Varas com desempenho mais satisfatório; o AZUL um pouquinho mais claro, 50% das varas com desempenho intermediário e essa aqui em CINZA, 25% das Varas com desempenho menos satisfatório. Podemos ver aqui nos indicadores, que há cores sinalizando onde a Vara teria que trabalhar, onde está evoluindo, está melhorando e onde está piorando. Por exemplo no caso da VT de Coari, seriam as TAXAS DE CONCILIAÇÃO e as TAXAS DE SOLUÇÃO. Por quê? Porque ela está entre os 25% das Varas com desempenho ruim. Então, ela trabalharia nesses dois índices para subir, ou para o AZUL claro, ou seja, para figurar na faixa dos 50% das Varas intermediárias ou passar para os 25% das melhores Varas. Onde está AZUL significa que ela está excelente. Este é o gráfico principal, mas são 8 gráficos que a Vara poderá analisar, índice a índice, diariamente, podendo fazer uma projeção se está melhorando ou piorando. E ainda tem um detalhe: o painel mostra qual é o índice que ela pode melhorar, levando em conta valores de referência, permitindo a análise do perfil de cada Vara. Excelentíssimo Senhor Presidente, trata-se de uma excelente ferramenta, que pode auxiliar todas as nossas Varas e, se trabalhada de forma inteligente, permitirá que elas fiquem entre os 25% das melhores Varas de todo país. E nós temos uma coisa boa: se olharmos as nossas Varas do ponto de vista nacional, nós estamos ou entre os 25% das melhores ou entre os 50% das intermediárias. Então nós estamos relativamente bem. E ainda tem mais, Dra. Carolina Lacerda, mesmo estando dentro dessa faixa dos 50%, nós estamos na metade para cima, não havendo risco de mudarmos para a faixa das varas com desempenho insatisfatório. O risco é apenas subir na classificação. Temos outro painel, que é o **Painel Hermes**, disponibilizado para as Secretarias das Varas como uma ferramenta de gestão. O painel traz as 03 (três) fases do processo, havendo uma linha BRANCA, outra de cor INTERMEDIÁRIA e outra CINZA. São as 3 fases do processo da Justiça do Trabalho: CONHECIMENTO, LIQUIDAÇÃO e EXECUÇÃO. Temos todos os movimentos feitos nos processos em cada fase. Como o painel não foi atualizado até a presente data, ele está todo VERDINHO, como se todas as Varas estivessem uma maravilha, mas não é assim. Quando ele é atualizado, por exemplo, com os movimentos que foram realizados dentro do prazo, vai ficar VERDE, ou AMARELO, se tiver um alerta ou VERMELHO, se tiver o prazo vencido. O servidor abre diretamente no painel, vê a atividade que está em atraso, clica, sendo aberta a lista de processos, clica novamente e acessa



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

diretamente o PJe. Resolveu, a cor mudará. Chamo atenção para o seguinte detalhe: se houver um ou dois processos impactando o indicador, a bolinha vai ficar VERMELHA, ou seja, não é tudo, mas um ou dois processos com problemas. Ao clicarmos na bolinha, vamos ser direcionados para os dois ou três processos com problemas. Uma vez resolvido, vai ficar tudo VERDINHO. Então, temos aqui uma ferramenta gerencial para as Varas, que considero espetacular, porque identifica todas as fases do processo, permitindo saber onde se está bem ou ruim e onde se pode atuar mais efetivamente para corrigir qualquer questão de prazo. Temos aqui outro painel, que é o do *eGestão*, que é atualizado diariamente, e tanto as Varas quanto a Corregedoria poderão acompanhar. O que este painel faz? Antes, todos os nossos painéis eram atualizados apenas quando o CSJT consolidava, o que gerava um atraso, às vezes nas Correições, de 2 meses, porque quando se falava sobre um indicador com desempenho insatisfatório, o Diretor da Vara dizia não, isso já passou, faz dois meses que resolvemos isso. Então, agora não. Os nossos painéis são atualizados D-2. Significa que os painéis se referem a 2 dias atrás. E eu posso escolher por ano, eu posso escolher aqui nos itens de informação quantos agravos de instrumentos existem, quantos agravos de petição, agravos de instrumento em recursos de revista, agravos de petição arquivados provisoriamente, baixados do conhecimento, todas as fases do processo. Aqui nós estamos olhando para os *Solucionados*. Então, nós estamos no ano 2023 - Sentenças Líquidas: 183, sendo 33 colocadas em janeiro, 8 em fevereiro, havendo um crescimento em março. Pesquisando agora *Execuções Encerradas*, temos 460 encerradas, observando-se que há 2 meses bem interessantes, que são maio e julho, o que nos leva a estudar por que houve uma alavancada nesse período e depois foi caindo e subindo numa progressão bem lenta. Temos outras Classes Especiais aqui também: Ação de Cumprimento, Ação Civil Pública, Ação Coletiva, Ação Anulatória de Cláusula e Ação de Exigir, que são ações mais específicas, Agravos, Alvarás... Temos aqui outro painel também do eGestão, que considera outros detalhes, que são basicamente saldos: por exemplo, Agravos de Instrumento, o painel diz quantos existem, elencando os processos, permitindo que se faça a consulta de um por um, se for o caso. Então, temos esses painéis, lembrando que 3 são especificamente para as Varas e 2 são para consulta, inclusive da Corregedoria, ao preparar as Correições, obtendo-se todo o espelho da Vara. Em um click, temos um painel com todas as situações da Vara. Isso tudo já está pronto, já está na internet, mas não foi liberado ao público, apenas aguardando o início do ano que vem, se Deus permitir, para que seja feito o lançamento na Abertura do Ano Judiciário, se a Corregedoria conseguir definir dessa forma com a Presidência. **4 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO:** o Diretor da Secretaria de Administração, o servidor **Jander Lúcio Teixeira e Silva**, assim se manifestou: como já falado anteriormente, o projeto da SAD consiste em uma *Cartilha de Boas Práticas nas Contratações*. Uma coisa simples, mas que tem como objetivo ajudar os demais setores demandantes do tribunal, mostrando como é que funciona um processo de contratação, as etapas que devem ser seguidas, os setores por onde tramita o processo, de modo que ele corra da forma mais sustentável possível. Na tela, apresentamos o fluxograma de uma dispensa de licitação, evidenciando os setores por onde o processo passa, o que deve ser feito a exemplo da Elaboração do Documento de Formação de Demanda (DFD), que é elaborado pelo demandante, sendo então a demanda encaminhada à Diretoria-Geral, que verifica a sua compatibilidade ou não com o Plano Anual de Contratações, verifica o valor, designa a Equipe de Planejamento da Contratação, retornando o processo para o demandante para a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), do Termo de Referência (TR). Alguns demandantes já possuem essa expertise, já encaminhando



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

o DFD juntamente com o ETP e com o TR, o que se reflete no fluxo, pois a confecção destes últimos documentos evita as etapas de envio e retorno da Diretoria-Geral. Sendo objetivo e célere, toda a tramitação de um processo simples de contratação está detalhada na cartilha; dessa forma, esperamos que os setores demandantes possam se guiar através desse documento e de outras informações sobre as etapas da contratação e de como seguir adequadamente os fluxos das demais modalidades de licitação que vamos fornecer posteriormente. Estamos realizando também a verificação de processos internos licitatórios fundamentados na Nova Lei de Licitações com base nos modelos da Advocacia-Geral da União. De qualquer forma, a SAD está à disposição para orientar, para ajudar de modo que possamos sempre chegar ao objetivo final que é a realização de contratações eficientes, eficazes e de qualidade.

5 - COORDENADORIA DE APOIO AO NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE DISPUTAS (COONUPEMEC): a servidora **Alice Assam Diez**, em substituição à Diretora da Coordenadoria de Apoio ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Disputas (COONUPEMEC), a servidora **Andressa Lorena Machado Tavares**, que não pode comparecer à RAE, em virtude de participação no Seminário Roraimense, assim se manifestou: a COONUPEMEC possui três projetos, dois deles já implantados e um ainda em processo de implementação. O primeiro projeto é **Mediação Pré-Processual**, cujo objetivo é contribuir para a diminuição da judicialização dos conflitos trabalhistas e também para a solução e prevenção de litígios. O segundo projeto é **Cadastro de Mediadores do TRT11**: aqui, o objetivo é ampliar a atuação dos servidores no CEJUSC e em atenção à política nacional de tratamento adequado dos conflitos. E o último projeto é **Adesão de Varas ao Cejusc do TRT11**, em que buscamos também ampliar a utilização das técnicas de mediação no âmbito das Varas. O primeiro projeto que é o da **Mediação Pré-Processual** está 100% implementado; foi publicada a Resolução Administrativa nº 10/2023 e habilitado o módulo da Reclamação Pré-Processual (RPP) no sistema PJe pela SETIC. Os advogados já conseguem protocolar a RPP; ela é distribuída para as Varas do 1º Grau e as Varas mandam para o Cejusc e nós fazemos a Sessão de Mediação e Conciliação lá. O valor agregado deste projeto é que os CEJUSCs já realizaram mediação em diversas RPPs tanto no 1º grau quanto no 2º grau, logrando êxito na conciliação de vários conflitos antes mesmo do ajuizamento da ação. Infelizmente, não conseguimos puxar esses relatórios no e-Gestão do 1º grau; não conseguimos saber o número de RPPs que foram protocolados em todo o tribunal, não conseguimos visualizar o número do processo para verificar como estão cada um deles. No 2º grau, nós não temos essa informação, mas já estamos nos movimentando no sentido de criarmos o relatório no 2º grau. As dificuldades vivenciadas em relação ao projeto se deram em relação à divulgação da nova via de composição. Houve necessidade de dar conhecimento aos setores internos envolvidos em todo o processo, como o setor de Atermação e Varas do Trabalho. E muitos advogados também procuram os CEJUSCs para obter informações sobre como proceder no caso da RPP. Nós enviamos memorandos aos setores, fizemos a divulgação por meio do portal TRT11; mesmo assim há muitas dúvidas, então eles ligam lá no CEJUSC ou mandam e-mails e nós temos que fazer essa comunicação setor a setor. As Chefias mesmo vão se comunicando. Explicamos aos advogados como podem protocolar e como vai ser o procedimento, a partir desse protocolo. O segundo projeto que é o **Cadastro de Mediadores do TRT11**, também está 100% implementado. A COONUPEMEC reestruturou o Portal da Conciliação, onde encontramos, além de informações e serviços, o cadastro de mediadores, dos aptos a atuarem no CEJUSCs. Porém, o CSJT editou o ATO CSJT.GVP.CONAPROC N.º 1, de 22 de agosto de 2023, que implementa o Cadastro de



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Mediadores e Conciliadores da Justiça do Trabalho. E as medidas estão sendo adotadas para que consigamos fazer a adequação interna do cadastro. Foi finalizado o curso de formação de novos mediadores, inclusive eu fiz e a Dra. Carolina Lacerda fez também e, em breve, o cadastro vai ser atualizado em parceria com a EJUD11. A SETIC está incumbida de atualizar o sistema SIGEP-JT para possibilitar a inclusão dos dados dos novos mediadores, a matéria está no ESAP 18247/2023. Como houve aumento da carga horária, que foi para 100 horas, a COONUPEMEC, junto com a EJUD11, teve que fazer esse curso de modo a nos adequarmos a esse ato do CSJT. Nós terminamos recentemente o curso, no dia 17/11/2023 e estamos aguardando a certificação pela EJUD11 e depois a SETIC vai fazer a atualização no SIGEP. O valor agregado deste projeto é que reforça o compromisso do tribunal em fomentar e ofertar o tratamento adequado dos conflitos submetidos à sua competência, possibilitando diversas vias de solução dos processos judiciais e os servidores estão capacitados em vários níveis para atender os jurisdicionados de maneira adequada. Por último, temos o projeto *Adesão de Varas ao Cejusc do TRT11*. Esse é o projeto que está em fase de implementação, estando pendente apenas a submissão ao Tribunal Pleno da minuta de Resolução que prevê a adesão das varas. A matéria administrativa está tramitando no sistema e-SAP (10293/2022). Os autos foram submetidos à apreciação da Dra. Ruth Barbosa, que determinou algumas correções, por isso o processo foi retirado da pauta. Essa resolução vai reunir várias matérias que dizem respeito ao COONUPEMEC e ao CEJUSC, razão pela qual a desembargadora Ruth Barbosa fez questão de avaliar a matéria para verificar se está como ela determinou, o que demanda certo tempo, pois é preciso conciliar com a agenda da magistrada. Essa norma vai tratar da estrutura de pessoal que foi aprovada pela reestruturação administrativa do TRT11, da possibilidade de adesão de Varas do Trabalho ao CEJUSC, entre outras matérias afetas ao NUPEMEC e CEJUSCs. Como são vários temas, a previsão é que, em 2024, essa resolução seja encaminhada para votação no Tribunal Pleno. Quanto ao projeto *Adesão das Varas ao CEJUSC do TRT11*, quando há eventos no CEJUSC, alguns juízes pedem para participar; na Semana Nacional de Conciliação, por exemplo, tivemos vários juízes do 1º Grau que aderiram ao CEJUSC e conseguiram trazer seus servidores e utilizaram a estrutura do CEJUSC, a nossa sala de audiência, a nossa pauta para fazer esses processos. A resolução pretende fazer isso de forma rotineira, com mais frequência. Então, são esses os projetos. Eu agradeço e nos colocamos à disposição. **6 - SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS (SOF):** a servidora **Luana Joia de Figueiredo Costa Balbino**, Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF, teceu os seguintes comentários: o projeto da SOF é o *Orçamento Em Foco*, que acaba por se confundir um pouco com as atribuições da SOF. Quanto ao alinhamento estratégico, o projeto está vinculado ao objetivo estratégico *Aperfeiçoar o planejamento e a execução orçamentária*, o que se dará mediante a utilização das ferramentas oferecidas pelo SIGEO, que é a ferramenta utilizada por toda a Justiça do Trabalho, em se tratando de orçamento. A cada período, o referido sistema vem se aperfeiçoando. Agora estamos na fase de aperfeiçoamento do Módulo de Diárias e também das Retenções Tributárias. Então, temos um prazo e dependemos dos gestores para que eles alinhem com os fornecedores a apresentação das notas fiscais tempestivamente, no tempo previsto, evitando multas para o nosso tribunal. Durante este ano, fizemos um treinamento ministrado por dois servidores do TRT da 24ª Região, com o escopo de sanar as inconsistências. E agora, neste momento, está acontecendo um curso de atualização do sistema SCMP (Sistema de Controle de Materiais e Patrimônio), com servidores da 24ª Região que ministraram o treinamento em 2 de fevereiro. Um veio como visita técnica, outro para ministrar este curso. Na visita técnica, o escopo era



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

sanar as inconsistências contábeis em face dos bens do SCMP (Sistema de Controle de Materiais e Patrimônio), que tem toda uma sistemática. E em abril, iniciamos mais uma etapa do nosso projeto, que se constituía na realização de reuniões. Foram feitas duas: uma em abril e outra em novembro, com os gestores e outra com alta Administração, para tratarmos da execução orçamentária no presente exercício. A 2.ª reunião tratou da solicitação do CSJT de sobras orçamentárias, sendo que, em outubro, foi pedido para alocar recursos para custeio/permanente para pessoal. E durante o exercício, como é o trabalho da SOF, nós fizemos 4 contingenciamentos: um em abril, um em junho, um em setembro e outro em novembro, sempre acompanhado com matérias, via e-SAP, para os gestores com um link para que eles digam o que estão fazendo com os itens. Há itens zerados e isso não é interessante, porque, no final do ano, haverá sobras orçamentárias. Na próxima semana, a SOF irá disparar um e-SAP, onde os gestores terão, até o final do mês, que dizer o porquê de não gastarem 100% do orçamento que foi disponibilizado às suas respectivas unidades. Isso é uma determinação do CSJT e do CNJ, pois a execução do orçamento é algo impositivo. No mês de janeiro, mediante preenchimento no SIOP, é preciso justificar o orçamento não gasto. É por isso que eu fico o tempo todo cobrando a execução máxima do orçamento. Então o primeiro contingenciamento foi em abril, no valor de **R\$ 1.272.000,00**, que foi realocado em restos a pagar do Projeto 10WS—Construção do Fórum Trabalhista de Manaus e Energia Fotovoltaica, bem como Manutenção de Vara Itinerante, diárias, passagens e novas demandas. O segundo ocorreu no mês de junho, sendo oferecidos **R\$ 531.840,61**, que foram alocados em novas demandas e foram reforçados os empenhos de diárias e passagens. Alguns gestores ofereceram recursos e, em outros casos, em que verificamos que os gestores não iriam gastar, a própria SOF contingenciou. Quando fazemos este contingenciamento é no sentido de conscientizar o gestor de que o que foi planejado, no momento da POP - Proposta Orçamentária Prévia, precisa ser executado. Se não gastar, pelo menos que diga que não vai realizar determinada despesa, porque não deu certo a licitação ou porque não vai dar tempo, abrindo mão para que novas demandas que vão surgindo durante o exercício sejam atendidas. Agora em novembro foi contingenciado **R\$ 2.416.176,24**, sendo oferecido ao CSJT o valor de R\$ 1.000.000,00 e ficamos com R\$ 1.416.176,24, montante este que está sendo utilizado em demandas deficitárias, aliás, já está quase acabando. Durante o primeiro semestre foi planejada a POP 2024. Quanto à *Capacitação e Treinamentos no 1.º semestre*, como eu já falei, tivemos a visita técnica e o curso do SCMP, cursos para capacitar técnicos da área orçamentária e contábil; tivemos também o *2.º Encontro de Gestores Orçamentários*, com dois servidores da SOF, curso era nacional e teve a *Cartilha do Projeto Orçamento em Foco*. Quanto à *Capacitação, Treinamentos e Reuniões no 2.º semestre*, tivemos o curso de Retenções Tributárias, EFD-Reinf, eSocial, DCTFWeb e Regularizações SIAFI com início em 2 de outubro, com a participação de gestores de contratos, SOF, DIVACONTI e Coordenadoria de Gestão Financeira. Por que? A cada momento, a Justiça do Trabalho e demais órgãos necessitam se adequar às normas da Receita Federal, havendo novas funcionalidades no SIGEO para nós atendermos. Nós ajudamos em tudo o mais que os gestores precisarem, a exemplo da colocação no sistema das notas fiscais e sempre obedecendo ao prazo, evitando-se assim que o tribunal venha a pagar multas. Então, nós pedimos esse curso, para que os gestores participassem. Ocorre que alguns participaram, mas precisamos de mais engajamento, para que não surjam multas por notas fiscais atrasadas no sistema. Nós temos uma Assessoria Contábil, que nos acompanha e fica o tempo todo nos alertando. E tivemos duas reuniões por mês com a SEOFI/CSJT, justamente por conta desse



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

sistema, das normas da Receita Federal. Como eu já havia falado anteriormente, o curso está acontecendo, começou hoje. Quanto ao sistema SCMP, as inconsistências contábeis estão quase todas sanadas, com exceção da avaliação dos imóveis do tribunal. Nós temos que verificar isso, acho que o Davi Gruhm (da engenharia) fez um treinamento. Finalizando minha fala, sobre o percentual de execução do orçamento, destaco o seguinte: a execução está 62,1%, mas temos que contar que temos o concurso e foi solicitado um orçamento extra de PEO (Programa de Eficiência Orçamentária), que ainda está em andamento; e temos a fotovoltaica, temos a parte de reforma nas Varas do interior e a reforma aqui no prédio, eu acredito que dê. O projeto da Vara de Tefé está com o percentual de 50,1%; Pessoal está 87,4% e, Benefícios está a 87,5%. Eu acredito que, em Pessoal, nós iremos atingir os 100%. Benefícios, o que aconteceu: nós íamos fazer um remanejamento agora no 3º período do Auxílio-Saúde para Alimentação, que estava deficitário, contudo, o Conselho mandou orçamento para os dois. Então eu acredito que haverá uma sobra.

7 - SECRETARIA DE EXECUÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA (SECEFAP): A Diretora da Secretaria de Execução da Fazenda Pública (SECEFAP), servidora **Gabriela Maria Aragão Nery** assim se manifestou: a Secretaria de Execução da Fazenda Pública tem 4 (quatro) projetos no Plano de Gestão da Presidência.: 2 (dois) já estão 100% concluídos e 2 (dois) ainda estão com um percentual a ser alcançado e nós pretendemos até a próxima RAE já termos concluído 1(um) desses pendentes. O objetivo do projeto *Atendente Virtual* é agilizar o atendimento, aumentar o acesso às informações e melhorar a transparência. Este é o que não está 100% concluído. Nesse momento, está com a SETIC para fazer a escolha da empresa, fazer a prova de conceito e esse talvez seja um dos mais demorados, porque envolve procedimentos mais complexos para a contratação. Nesse caso, vai ser interessante dispor para as partes (advogados e também para os entes públicos) informações de que eles têm de vir aqui presencialmente ou mediante balcão virtual e até mesmo a nossa ideia é disponibilizar certidões de entes públicos, de adimplência, saber como é formada a ordem cronológica, qual a previsão de pagamento, porque o reclamante quer saber quando ele vai receber, qual é o ano, qual exercício. Eles não entendem que precatório é por exercício. Então, acreditamos que esse projeto é o único que vai demorar um pouco mais. A SETIC está tomando todas as providências para agilizar essa contratação, tendo como marco o mês de janeiro para fazer a prova de conceito, porque eles identificaram no google a melhor opção para disponibilizar esse projeto do *Atendente Virtual*, que vai englobar também o projeto da *Biblioteca Digital*. Então, são dois projetos e uma só contratação. Por isso demos um passo atrás para poder avançar e ter uma empresa mais bem conceituada. Com relação ao *Acesso Simplificado a Dados*, esse projeto é para facilitar o trabalho do usuário negocial, acesso ágil a dados disponíveis apenas em banco de dados. Parece simples e o nome fala simplificado, mas quando a própria Corregedoria-Geral passa nos 24 Regionais, requer informações que não estão no e-Gestão. Todos os tribunais, com exceção do TRT11, receberam recomendação quanto a *Dados estatísticos inconsistentes com relação a processamento de precatórios*. O TRT11 é o único tribunal que não teve, até o presente momento, essa recomendação. E esse projeto nos ajudou a fornecer informações precisas para a Corregedoria-Geral. Embora seja um projeto com um viés interno, acabou nos ajudando bastante. Por focamos nesse referido projeto, não concluímos a implantação do *Gerenciamento de Processos*, que vai repercutir mais para a sociedade. Nós estamos tentando automatizar a maior parte de nossos processos. O exemplo desse projeto, já de resultado prático, é a confecção da planilha que é enviada mensalmente ao/à CSJT/SEOFI, que inclusive é algo acompanhado pela Diretora da SOF. Essa planilha era feita mensalmente de



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

forma artesanal, o servidor abria processo a processo, pegava os dados do PJe 1º Grau, 2º Grau, número de CPF, CNPJ, ou seja, dados estruturados que estão no Banco de Dados. Não tem no e-Gestão, mas sim no Banco de Dados. Então, como é feito hoje? Com um click, a planilha fica pronta. Aquilo que era feito abrindo-se 90 processos, hoje é feito com um click, claro que nós fazemos a conferência. E o que é feito sem a interferência humana, é muito mais difícil que dê errado. Se der alguma coisa errada, está alimentado equivocadamente no Banco de Dados. Nesse caso, nós corrigimos o Banco de Dados e geramos de novo a planilha. Eu não tenho conhecimento se outros tribunais já possuem uma ferramenta semelhante. Eu participo do grupo nacional envolvendo os setores de precatórios, e até onde eu saiba, não. Então, estamos apenas esperando consolidar, para podermos divulgar fora do TRT11. Ele não está 100% concluído, está em torno de 40%, porque, conforme mencionei, nosso foco estava no projeto *Acesso Simplificado a Dados*, por conta da nossa necessidade na correição. E por fim, o que também está 100% concluído, é o *Jornada de Aprendizagem*. O foco é a atualização normativa, celeridade e eficiência no processamento e troca de experiência. Neste projeto, tivemos o envolvimento da EJUD11; nós fizemos ano passado em dois momentos: na parte da atualização normativa e outro na parte prática do sistema. Inclusive estou falando da *Jornada de Atualização e Precatórios* e o *Hora Onze*, que está dentro da Resolução 276, para estreitar a relação entre a Presidência e as Varas do Trabalho. Porque para precatório e RPV, temos que estar alinhados realmente, pois só estaremos bem, se estiver bem nas duas pontas. Nós temos feito encontros para sanar dúvidas. Pegamos um tema específico, ao contrário de um seminário em que há vários temas, e descortinamos aquele tema e tiramos todas as dúvidas da Vara, oportunizando à Vara que tenha menos chances de erro ou retrabalho. Apesar de ser um projeto que tem repercussão interna, também repercutiu na correição. Até peço permissão para ler como ficou na Ata de Correição, que foi algo importante, apesar de termos 4 recomendações, consta assim: “O Tribunal inovou positivamente ao instituir a Jornada de Atualização e Precatórios e o projeto Hora Onze, sendo destacada a proatividade do Regional”. O fato de termos um projeto que está no Plano de Gestão da Presidência e que foi elogiado na Correição significa que os nossos projetos de organização interna estão focados na eficiência, celeridade e automatização. A nossa palavra é automatizar a maior quantidade de processos para diminuir até a hora de servidor, e trabalharmos de forma mais eficiente, trabalhar mais rápido e com menos margem de erros, até porque há o envolvimento de recursos. Então, dos nossos projetos, 2 (dois) estão 100% concluídos e 2 (dois) em andamento, sendo que um deles na próxima RAE já estará concluído. O outro depende da SETIC, já que a burocracia se torna mais complicada quando se trata da contratação. **8 - SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES (SETIC):** o Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações – SETIC, servidor **Evandro Video de Souza Junior**, fez os seguintes comentários sobre os projetos da sua unidade: nós temos o *Conecta11*, que visa melhorar a comunicação entre as Varas do Trabalho. Em Manaus, temos um anel de fibra que conecta todas as unidades. Ele tem duas rotas, então se uma der problema, teremos a outra. Uma dessas rotas deu problema. Nós realizamos o procedimento, contratamos a empresa para dar suporte e adquirimos o material para fazer o reparo do anel e está 100%. A princípio, com o *Conecta11* e, com a melhoria da conexão com as varas do interior, nós esperamos diminuir o uso de telefonia convencional para a VOIP, sendo necessário melhorar a qualidade deste tipo de telefonia. Um pré-indicativo de desempenho da comunicação é ampliar o oferecimento dos serviços, uma vez que nós temos um índice melhor de entendimentos. Outro projeto é *Painéis*



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Gerencias da SETIC, onde temos informações nos moldes do que o colega Ricardo Marques (da Corregedoria) apresentou, só que o contato é com a Setic. Assim, a utilização do orçamento, a mão de obra que temos disponível, tudo isso está indo para o painel, o que auxiliará a tomada de decisão. O projeto *Segurança da Informação* tem como foco mitigar as vulnerabilidades, pois corre-se o risco de ser invadido uma hora ou outra. O que nós temos que melhorar é como podemos nos proteger. Saliento que a segurança da informação é feita em camadas para que se esteja protegido totalmente. Assim, se protege uma camada e, ao se descobrir uma brecha, protege-se outra e assim se vai evoluindo. Temos várias camadas de proteção hoje. Todavia nosso foco é mitigar as vulnerabilidades para que se acontecer, estarmos bem preparados. Proteção dos dados é realizar cópia de segurança (backup) e resguardar a integridade do sistema de informática. E o último que é da área de desenvolvimento, é o *Sistema Integrado de Gestão de Pessoas*, que objetiva manter o SIGEP atualizado. Nós recebemos diretivas do CSJT. Em relação ao *Conecta11*, a contratação da Rede JT, que é a rede que liga a sede com as Varas do interior, nós fizemos um processo prevendo uma solução com uma duplicidade de conexões, porque hoje só temos um canal, por exemplo: a Vara de Eirunepé é atendida por satélite de 2 Megabits (Mb) por segundo, sendo essa velocidade considerada muito lenta. Em casa, a internet banda-larga é em média de 200 Mega, sendo essa velocidade considerada rápida. Então, nós vamos aumentar a velocidade da internet com uma duplicidade. Provavelmente, vai ser mantida a internet via satélite e outra solução. Se cair uma, teremos outra. Aliás, o pregão está previsto para ocorrer amanhã (28/11/2023). Esperamos ter alguma dor de cabeça com algumas operadoras, porque nós queremos exatamente isso: duas soluções, duas infraestruturas de comunicação e há operadoras que entregam apenas uma solução. Então, vamos ter essa dificuldade, mas a equipe técnica analisou o que seria melhor para o tribunal, que é justamente ter uma solução com duas estruturas diferentes, para que uma não apague a outra. Outra solução que surgiu, em face de uma demanda da Corregedoria e também da Presidência, foi a Rede Móvel de internet baixa – a famosa STARLINK. Nós começamos a estudar, porque não conhecemos bem a solução. O órgão que mais avançou nesse ponto foi a SEDUC e está passando por uma série de problemas, de questionamentos. Infelizmente aqui em Manaus só tem uma empresa credenciada pela STARLINK. Nós estamos tentando evitar os problemas que a SEDUC está tendo, pois não conhecemos bem esse serviço de comunicação ofertado por essa empresa e que atenderia o interior do Amazonas. E se der algum problema, como o tribunal lidaria com isso? Se ocorrer algum problema, a empresa que leve a solução para lá e resolva dentro de um acordo livre de serviço. Para Manacapuru, Presidente Figueiredo, que são próximos, em até 4 horas a contratada teria que solucionar o problema. Eirunepé, Tabatinga, que são mais distantes, em até 12 horas. Pretendemos negociar isso, pois entendemos que se trata de um serviço. Há um mês, fizemos uma reunião com o pessoal do TRE/AM e eles demonstraram interesse em participar. Só que eles disseram que não possuem equipe pra fazer esse processo, ao que afirmamos que estávamos bem adiantados, pois já tínhamos elaborado os documentos basilares da contratação. Atualmente, a matéria está na seção de licitações, aguardando o pregão para 28/11/2023. Quanto ao *PONTO DE INCLUSÃO DIGITAL (PID)*, esse projeto é centrado na nossa área de suporte, que é comandada pelo Ronânio Cintra. Foi instalado o PID de São Gabriel da Cachoeira e agora recentemente, em Boca do Acre, estando sendo planejada a implementação nos municípios próximos de Boa Vista. Nosso tribunal entra com os equipamentos, também com o treinamento e com a parte de melhoria, benfeitorias do ambiente, para levar ao cidadão mais distante dos grandes centros, a possibilidade de inclusão



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

digital. Os nossos PIDs, no momento, estão previstos para o nível 2, mas em termos de equipamentos, eles podem ir até o nível 4. Vai depender mais do tipo de treinamento que será dado para quem prestará o atendimento e a questão da possibilidade de acesso aos outros ramos de justiça. Foram adquiridos 75 televisores e começamos a distribuí-los para o Sistema TV Pauta no FTM, para a 1ª Turma do Plenário na sede e para os gabinetes dos Desembargadores. A SETIC presta suporte a diversos eventos do tribunal, a exemplo dos realizados pela EJUD, Cerimonial e Corregedoria, incluindo a JOMATRA, o COLEPRECOR, com auxílio à gravação, transmissão online, sonorização dos ambientes, apoio ao cadastramento de participantes e gerenciamento via Sympla. Nós recebemos até o momento 9.193 chamados e atendemos 9.109. Não conseguimos resolver 84 chamados, por conta do tipo de demanda mesmo, pois são problemas como os do SIGEO, que, por mais que a SETIC mantenha, não é exatamente ela que resolve. Nós fazemos a comunicação, mas a solução depende do TST, pois o sistema é gerenciado por eles. Há muitas coisas em que dependemos de outras áreas para dar uma resposta. Em relação à **Segurança da Informação**, como eu falei, nós temos diversas camadas de proteção e elas são meio que combinadas com a política de segurança da informação. Nossa política de segurança era de 2010, houve uma atualização em 2018 e fizemos outra atualização neste ano. Ela está mais encorpada, nós definimos alguns índices maiores pra o uso das tecnologias digitais. Hoje se alguém tentar colocar um pendrive no computador, ele não vai ligar de imediato, pois primeiramente, será feita uma verificação e se não tiver nenhum problema, ele é liberado. Foi concluída uma das partes de Solução de Vulnerabilidade. O tribunal adquiriu uma solução que monitora o tempo todo nossos servidores, nossos equipamentos, nossos arquivos de rede. Se tiver algum problema, seremos avisados. Observamos que essa melhoria ocorreu em razão da retirada da Segurança de Informação da área de suporte, passando a ficar apoiada dentro da Setic. Nós também conseguimos implantar o WAF (Firewall de Aplicação). Dentre as camadas de segurança, temos o nosso Firewall, que verifica o que está entrando e saindo do tribunal, permitindo a entrada apenas se tudo estiver ok. Principalmente, ele deixa entrar o que está certo. Agora temos uma nova proteção, que é em cima das aplicações. Então quando o PJe vai fazer alguma coisa e chega nesse WAF, ele olha e vê se não tem nenhuma pegadinha e aí libera. Pensamos que isso teria um impacto na performance, mas não tivemos problemas nesse sentido. Foi transparente para o usuário. O WAF verificou a segurança sem impactar na disponibilidade. Bom, nos próximos projetos, nós queremos trazer o nosso serviço de diretórios para dentro dessa análise de vulnerabilidades e concluir a parte de senhas, atualizar as senhas dos nossos setores. Nessa parte de Segurança da Informação, o coordenador é o colega Jean Rebouças, servidor antigo na casa. O projeto relacionado à área de desenvolvimento é coordenado pelo servidor Fred Barreto. Estou falando os nomes dos colegas para reforçar que a SETIC não é o Evandro, é toda essa turma coordenada por esse pessoal. Eles é quem fazem isso. Eu gostaria aliás que, na próxima reunião, eles estivessem aqui apresentando. Os módulos do SIGEP estão todos atualizados. Nós temos aqui no tribunal o servidor Daniel Freire, que está trabalhando no SIGEP desde o seu início, sendo uma referência nacional. O que podemos dizer em relação ao SIGEP, é que estamos bem. Quanto às entregas, tivemos o *Módulo de Autoatendimentos – SIGEP-Online*, observando que, apesar de ter sido implementado, não avançamos porque a demanda do Módulo de Passivos se tornou prioridade. Outras entregas que foram feitas: *PROGECON*; *Módulo de Gestão de Atos Administrativos (GAA)*, que está implantado, parametrizado e na área de negócios; e o novo *Módulo de Designação de Magistrados* em ambiente de produção. A área de governança da



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

tecnologia da informação está ligada diretamente à Presidência, mas existe uma integração muito grande com a SETIC. Na verdade, umas das entregas foi a nossa melhoria no iGovTIC-JUD (Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário) e essa melhoria foi coordenada pela área de governança. Nós saímos de 072 em 2022 para 091 em 2023, o que nos deu o nível de excelência, pela primeira vez. O Diretor da Divisão de Iniciativas Nacionais e Governança de TIC é o Matheus Gibram Campos, que é o gerente do projeto *Painéis Gerencias da SETIC*, o qual já concluiu a parte de estruturação e acesso à base de dados, fez o saneamento de dados e também coordenou a parte do processo de compras do PowerBI, que está como padrão na Justiça do Trabalho. O próximo passo é concluir a parte do monitoramento. **9 – SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGPES):** o servidor **Alfredo Melo da Silva**, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas - SGPES, falou o seguinte: a nossa unidade possui projetos já totalmente concluídos e outros em fase de conclusão e outros ainda não implementados. A proposta do projeto *Central de Atendimentos* era automatizar os atendimentos de servidores, reduzir o fluxo de atendimentos por telefone na SGPES, com o fornecimento de informações por WhatsApp e a instalação física de atendimentos para tirar dúvidas, com alguém capacitado para tal mister, diminuindo-se assim o fluxo de entrada de servidores na secretaria. A 1ª fase era de testes e de implementação do canal pelo WhatsApp, que já foi concluída. O atendimento pelo WhatsApp na sede está sendo feito com sucesso, porém com uma quebra de expectativa, pois pensávamos que, com essa ferramenta, iríamos conseguir redimensionar o fluxo de ligações, mas não está acontecendo como esperávamos, pois ainda continua grande o atendimento por telefone. Nesse sentido, estamos buscando aprimorar as mensagens e a comunicação no intuito de redimensionar isso. O *Vínculo Remoto* representa uma tentativa da SGPES para trazer para os nossos quadros, em Teletrabalho, servidores que foram removidos para outros Regionais acompanhando o cônjuge. Inicialmente, não tivemos adesão, mas, no último mês, uma servidora que está na Bahia e que foi acompanhar o esposo, demonstrou interesse e já está tramitando o processo com essa finalidade. Então esse projeto já foi implantado e obteve êxito. Com relação ao *Recadastramento Geral de Ocupantes de Cargos e Funções Comissionadas*, esse projeto foi exitoso, nós conseguimos 100% de adesão e de solução também, sendo esse projeto encerrado com sucesso. A palavra foi então passada ao servidor **Lucas Ribeiro Prado**, Diretor da Coordenadoria de Gestão do Desenvolvimento Funcional (CODEP), que assim se manifestou: quanto ao *Co-Working de Desenvolvimento de Pessoas*, nós conseguimos concluir a instalação da sala, que está disponível e temos demandas bem interessantes de uso desse espaço: servidores procurando para fazer capacitação, como é o caso da Seção de Transporte que fez um curso de uma semana utilizando o co-working e também tem servido de apoio tanto para o Programa de Resolução de Conflitos como para o Programa Passport. Quem precisa de uma instalação reservada, de apoio e comunicação, a sala tem cumprido esse papel e está à disposição de todos. A ideia é que, no próximo ano, nós possamos iniciar uma campanha de divulgação, bem como criar uma identidade visual para facilitar o acesso. Retomando à apresentação, o **Diretor da SGPES** falou o seguinte: o *Portal SGPES* e o projeto *TRT Remoto* ainda não estão implementados, estamos trabalhando nessa tentativa de criar um portal que facilite as questões de pessoal dentro do nosso sitio eletrônico, do nosso site. Ainda há algumas informações que são muito esparsas, temos dificuldades de encontrar algumas coisas, estamos trabalhando para tentar concluir até a próxima RAE esses dois projetos. A **Diretora da SEGGEST** esclareceu que não haveria apresentação da **COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL** em



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

razão da participação do Diretor da COORDCOM, servidor *Matheus da Silva Santos*, no Seminário Roraimense “Capacitismo e Acessibilidade: ensinar para incluir”. Passou-se então à apresentação da próxima unidade. **10 - COORDENADORIA DE SAÚDE (CODSAU):** a servidora **Edneia Silva dos Santos** em substituição à Diretora da Coordenadora de Saúde, a médica *Karla Cristina Silva Petruccelli Israel*, que não pode comparecer à RAE, assim se manifestou: Nós temos o projeto *Saúde em Movimento*, que está caminhando. Há 2 (dois) subprojetos que estão agregados nesse projeto: o *Programa de Brigadistas* e o *Programa de Controle das Doenças Crônicas não Transmissíveis*, que estão atualmente na DICOP (Divisão de Cooperação Judiciária). Não vejo ninguém da DICOP aqui, acredito que estejam no Seminário Roraimense. A questão orçamentária já foi verificada, o termo de referência também, o que falta realmente é o convênio a ser firmado com a UFAM e com a UEA. Um dos facilitadores é justamente o contato que a Dra. Karla Petruccelli tem nessas universidades. Nós estamos dependendo agora da DICOP para a celebração desse convênio. Até mandei um e-mail, mas creio que eles ainda não puderam responder, mas os processos estão lá justamente para tratar dessa questão da celebração do Termo de Cooperação Interinstitucional. Após tal instrumento ser firmado, partiremos para a seleção das equipes e a definição da forma como vai ser executado. De 25 a 27.10.2023, tivemos a *Semana de Saúde do TRT11* com uma média de 240 participantes para tratar da questão preventiva, da questão da obesidade, do envelhecimento saudável, bem como a realização de outras atividades. Com o tema “Qualidade de vida e longevidade, um binômio vitorioso”, o evento foi muito positivo eu creio, no sentido de tratar a questão de saúde dos magistrados(as), servidores(as) e colaboradores(as). Inclusive, contou com palestrantes excepcionais, reconhecidos na cidade, que colaboram muito com a Dra. Karla Petruccelli e com a CODSAU. Eu não coloquei nos slides, mas, com relação aos exames periódicos, gostaria de pedir aos colegas que procurem participar e incentivar os demais. Aqui no nível público, não é obrigatório, mas é um check up de saúde. Nós conseguimos concluir os de 2022, nós fizemos junto das Turmas e dos Gabinetes. Foi contratada uma empresa, trouxemos o oftalmologista e o laboratório ao nosso tribunal, para poder facilitar o acesso dos colegas. E estamos concluindo da 1ª a 10ª Vara, nesse final de novembro. Já foram feitos os exames de laboratórios e o oftalmologista. Então, assim, a ideia é fazer o máximo possível, até por conta da Meta 12. Nós queremos contribuir com essa meta. Estamos acompanhando os servidores em teletrabalho, esclarecendo que o exame é obrigatório para eles, diferentemente do que ocorre conosco. Desejamos também atingir ao máximo os magistrados. Hoje é um corpo muito pequeno de participação de magistrados nesse programa, apesar dos ofícios e outras iniciativas que temos feito para estimular a participação máxima deles. Temos atuado também em relação às Varas e para fomentar nossa comunicação com o interior do Estado. Principalmente, no que tange ao exame periódico. A princípio, escolher polos mais próximos, porque sabemos que será uma logística mais difícil, mas nada impossível. Nós queremos realmente implementar isso, para que o interior não fique esquecido. É preciso fazer com o interior se aproxime, principalmente na questão da saúde. Ao que a **Diretora da SEGGEST** questionou se o tribunal iria conseguir alcançar o percentual na participação dos magistrados? Ao que a servidora **Edneia Silva dos Santos** respondeu que acreditava que não, já que houve a participação de 4 (quatro) magistrados, ressaltando que, dos gabinetes, apenas o Desembargador David Alves de Mello Júnior havia participado, apesar de todos os desembargadores terem sido convidados. Ao que a **Diretora da SEGGEST** solicitou a palavra e fez a seguinte colocação em relação à fala da representante da Coordenadoria da Saúde: como foi mencionado, 240 pessoas participaram da



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Semana de Saúde. Conseguimos esse número porque ficamos pedindo aos colegas que fossem, que participassem. Então, nessa Semana de Saúde, assim como em outros eventos, há gastos do tribunal, além dos dispêndios de dinheiro, há a questão do tempo, do trabalho dos colegas que organizam tais atividades. Trata-se de algo que é para o próprio servidor, um benefício e as pessoas nem sempre estão engajadas. Nos ficamos pedindo que determinado setor enviasse um, dois, três servidores e seria bom que isso fosse espontâneo, que os próprios gestores, quando ocorresse esse evento, liberassem os servidores no horário para que eles pudessem fazer os exames e participar da Semana de Saúde. Quanto aos exames, eles são importantes para a Meta 12 do tribunal. Então, com relação aos servidores, nós atingiremos essa meta. Sabemos que, para o tribunal cumprir meta ou desenvolver projetos com sucesso, se faz necessária a colaboração de todo o corpo funcional. Ao que a servidora **Edneia Silva dos Santos** acrescentou o seguinte: quem tem exames particulares pode apresentá-los para o médico do trabalho do TRT, que dará o ASO - Atestado de Saúde Ocupacional. **11 - COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS (COMANP):** o servidor **Jurandir da Conceição Santos Filho**, Diretor da Coordenadoria de Manutenção e Projetos (COMANP) fez os seguintes comentários sobre os projetos da referida unidade: a **Construção da Sede de Tefé**, com conclusão para dezembro, está com 90% de execução. Hoje, o José Ricardo e na semana passada, o engenheiro Davi Luiz e o arquiteto Marcelo Tupinambá fizeram a verificação in loco e, visando à agilização do serviço na reta final, o José Ricardo, o Norberto Dantas e o Antônio Bertollo, farão a entrega da obra. O prédio será entregue na data prevista para a inauguração. Quanto ao **Bicicletário, Vestiário**, a obra também está com o prazo em dia. Tivemos só um problema em relação ao material, mas chegou a tempo. Hoje nós estamos na fase de revestimento e confecção dos armários. Pedimos para que o bicicletário fosse em inox para podermos aproveitar o guarda-corpo, que está sendo confeccionado fora e chegará na data solicitada pela Presidência para instalação. A conclusão está prevista para dia 13/dez e a inauguração dia 15/dez/2023, pois precisamos fazer a faxina. O **LIODS**, dentre os nossos projetos, foi o que teve o maior prazo porque não tínhamos o MDF na cidade em função da seca. Na última sexta-feira, encostou o primeiro cargueiro em dois meses, antes estava vindo tudo por balsa. Então, não tínhamos esse material específico e o rodapé para fins de padronização dos nossos ambientes. Estamos entregando hoje o setor de **Licitações e Contratos**, que é um outro ambiente. E o LIODS, nós entregaremos em dezembro, estando a área com duas salas e o acabamento já adiantado. Em dezembro, será entregue todo o ambiente. O **Novo Plenário** será a maior obra para o ano que vem. Já está 70% concluído. A conclusão se dará com a fase interna fechada, chegando a 100%. Tanto os arquitetos quanto os engenheiros estão bem empenhados nesse projeto. Então em março, se Deus quiser, estará na praça o edital para licitar. Com o auxílio da Luana, da DG e da Presidência, nós encaminhamos para o CSJT um ofício solicitando o valor de R\$ 200.000,00 no elemento 4-Investimento, esse da Fotovotáica, que não conseguimos e mais sobras de outras licitações para adquirir mobiliário, despesa de capital. Nós conseguimos fornecer as cadeiras que os Gabinetes estão solicitando. Com os R\$ 300 mil que temos hoje, nós conseguimos atender, parcialmente, os Gabinetes e a EJUD. Os R\$ 200 mil (duzentos mil reais) de Tefé estão garantidos. Dessa forma, vamos conseguir rodar 100% do PEO, não havendo devolução de dinheiro, com a ajuda dos senhores. Ao que o **Excelentíssimo Presidente do TRT11** questionou sobre o espaço ecumênico e bem-estar. Ao que o **Diretor da COMANP** respondeu que o arquiteto Marcelo Tupinambá havia trabalhado durante as férias e o projeto estava sendo entregue com duas opções para a presidência avaliar. **12 -**



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

DIVISÃO DE EXECUÇÃO CONCENTRADA (DECON): a servidora **Cristina Marinho da Cruz**, Diretora da Divisão de Execução Concentrada (DECON) teceu os seguintes comentários: a DECON tem dois projetos. Um deles é a **Consolidação das Normas da DECON**, que foi renomeado porque éramos subdivisões e, com a nova reestruturação, este projeto precisou ser revisto. Como a Divisão de Pesquisa Patrimonial deixou de integrar a DECON, atuando agora paralelamente, nós resolvemos desmembrar essa consolidação e fazer duas minutas de resoluções: uma relacionada apenas à Centralização das Execuções e outra que disciplina as atribuições da DECON e da Seção de Hasta Pública (SEHASP), que é vinculada à nossa unidade assim como a Seção de Mandados Judiciais de Manaus (SEMAJUD). Então, essa 1ª minuta, da Centralização, nós já entregamos à Presidência, tendo passado pela Corregedoria, estando agora na Assessoria Jurídica, devendo voltar para a DECON com alguns ajustes, com as colocações de cada setor, evidentemente. Então, esse projeto está 50% pronto, porque já temos a minuta. E agora estamos fazendo a outra resolução, que regulamentará a DECON, a SEHASP e a SEMAJUD. A nossa Resolução, que é a 80/2015, precisa ser realmente refeita, já que saíram a Cooperação Judiciária, o Precatório, a Pesquisa Patrimonial. Vamos colocar a regulamentação da SEHASP e da SEMAJUD em um só documento, permitindo que todos tenham acesso, em um único Ato, à disciplina das Seções. Então, a minha maior dificuldade é que eu não tenho servidores para colaborar nesses estudos, pesquisar a legislação. Ademais, temos o Setor de Oficiais de Justiça, que nos demanda muito. O maior desafio é termos alguém que colabore nesses estudos. Sobre a **Execução de Médios Devedores**, nós mapeamos esses devedores e encaminhamos para as Varas e foram indicados 24 executadas. Dessas 24 executadas, 5 estão com a falência decretada, então não temos como fazer nada; 3 são da Operação Maus Caminhos, o que implica que também não conseguimos fazer nada. Então, essas 8 foram excluídas do projeto, porque não temos como reunir essa execução. E dessas 24, onze (11) não possuem bens imóveis a penhorar caso não seja cumprido um possível acordo. Então, o nosso projeto é executar essas médias empresas sem a utilização da Resolução da Centralização, que exige uma contrapartida de um patrimônio robusto para fazer frente à execução. Só que queremos centralizar sem exigir que haja patrimônio robusto, mas desejamos que exista algum patrimônio, porque se eles não honrarem esse acordo, nos precisamos executar da mesma forma. Nós precisamos de um patrimônio para ser vendido. Infelizmente, essas 11 executadas também não têm. Então, a princípio, elas estão excluídas nesse primeiro momento. Nós fizemos 3 relatórios preliminares com a ajuda da DIPEP, porque sem eles não conseguiríamos, porque não temos pessoal com o know-how em pesquisa patrimonial. Nós estamos com 4 relatórios em fase de conclusão. Uma vez concluídos, iremos chamar essas executadas para conversar. Independente do projeto, outras pessoas, que não são essas, têm nos procurado, outras executadas, só que quando falamos o que é preciso, os requisitos, elas ficam com medo e vão embora. É porque precisa de contrapartida de patrimônio, então eles dificilmente retornam para fazer uma centralização de execução, porque assusta, eles sabem que se não pagarem, iremos executar. É algo que nos vamos ter que realmente buscar. Não houve apresentação da DIVISÃO DE CONTADORIA JUDICIÁRIA (DICONJUD), passando-se então à próxima unidade. **13 - DIVISÃO DE PESQUISA PATRIMONIAL (DIPEP):** o servidor **Edilson da Conceição Moura Junior**, diretor da Divisão de Pesquisa Patrimonial assim se manifestou: Como a Cristina Marinho falou, antes éramos ligados à DECON, houve a reestruturação e nesse momento o Dr. João Alves de Almeida Neto, juiz coordenador da Divisão de Execução, optou por reavaliar os caminhos que estavam sendo



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

trilhados pela DIPEP, já que agora somos um órgão ligado à Presidência e avaliar qual o caminho a ser seguido, analisando-se as necessidades dos servidores e dos processos, porque aqui como a DECON acho que também o Precatórios, somos os mais ligados à questão processual mesmo, apesar de sermos setores meio. Nós trabalhamos mais ou menos com cerca de 20 ferramentas patrimoniais. Nós começamos a identificar certas dificuldades dos servidores, com relação à utilização propriamente dita das ferramentas, para que serviria aquela ferramenta, o que eu consigo de informação com aquela ferramenta e a solução dada pelo Dr. João foi a elaboração de um Manual, não só de uma ou duas, mas de todas as ferramentas. Só que tem vários vieses: primeiro, já está concluída a parte desse Manual, que é a dos servidores. A próxima etapa vai ser a elaboração do Manual para os magistrados e também a respeito dos erros frequentes. Com relação aos **Relatórios de Pesquisa Patrimonial via Internet**, na verdade, todos esses projetos são quase que vinculados, um depende do outro. O Manual é utilizado para fazer relatórios, o ARGOS usa os relatórios e etc, existindo uma vinculação muito grande com os processos em execução. Os relatórios, nós usamos na própria DIPEP. Eu e o colega Elson Martins fazemos uso dessas ferramentas para investigar as empresas que têm o maior número de processos, com todo esse compilado de informações, fazemos o relatório e colocamos na intranet. Isso também foi uma pendência que o Dr. João identificou na Resolução 193/2017 e que não estava implementada, para nossa surpresa. Falamos com o setor de informática e com os setores oblíquos a essa informação e conseguimos fazer a implementação. Então, os relatórios já estão rodando 100% e publicados na intranet como foi divulgado diretamente aos magistrados por meio de ofício-circular. Não é no Portal porque o relatório faz a utilização de todas as ferramentas patrimoniais, então dentro dessas ferramentas, algumas informações são sigilosas. Então, para não deixar na mão e ter um relatório completo, optamos em publicar na intranet, ou seja, quem acessa é o servidor. Fica restrito ao servidor, por conta das informações sigilosas. Com relação ao **ARGOS**, na verdade estamos dando um auxílio, porque é um novo sistema que vai fazer essa compilação de todos os resultados de pesquisas dessas ferramentas patrimoniais, porque hoje temos 20, amanhã teremos 25 e a tendência é sempre surgir mais ferramentas. Então, isso atua na forma de celeridade do processo, na eficiência. E se eu fiz uma pesquisa e posso ajudar você, é um ato cooperativo, na verdade. É o **Poupa Convênio**, o nome do sistema. Estamos com esses três projetos: um já está na fase de conclusão com relação aos servidores, estando totalmente completo, os relatórios que já estão publicados e, apesar da existência do ARGOS, os relatórios vão continuar sendo elaborados para funcionar como se fosse um back-up do próprio tribunal e o ARGOS já está sendo implementado com as pesquisas que já temos. Então, para não me estender muito, esses são os projetos da DIPEP e como eles estão no momento. Temos uma previsão para o ano que vem, mas vou deixar para a próxima RAE. **14 - COORDENADORIA DE GOVERNANÇA DE CONTRATAÇÕES E OBRAS (COGCO):** a servidora **Gabriela Maria Duarte Augusto Fraiji**, em substituição ao Diretor da COGCO, o servidor Eduardo Rodrigues da Cruz, assim se manifestou: O nosso projeto é o **Aprimoramento da Governança nas Contratações**. Denominamos a fase 1 como sendo a Maturação desse processo. O objetivo do projeto é aprimorar a governança das contratações no âmbito do TRT11, em conformidade com a Resolução CNJ nº 347, que trata da Política de Governança das Contratações Públicas dos órgãos do Poder Judiciário e a também de acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos, Lei n. 14.133/2021, que como sabemos deu um destaque ao planejamento de um modo geral e, especialmente, no que tange às contratações. O objetivo estratégico que está ligado ao nosso projeto é fortalecer a governança e a gestão



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

estratégica. Então, na fase de pré-implantação, nós trabalhamos no sentido de consultar as principais unidades envolvidas na área de gestão das contratações. Sabemos que está cada mais recorrente e crescente a cobrança dos órgãos superiores para que os Regionais se atualizem em relação à nova lei de licitações e contratos, bem como a cobrança de mecanismos de controle e de governança, de mitigar riscos em todo o processo de contratação. Então, a nossa unidade trabalhou no sentido de solicitar das unidades os normativos que consideravam necessários que a COGCO criasse, fazendo-se proposição à Presidência ou que atualizasse os já existentes, ligados, porém, à antiga lei das licitações. A dificuldade encontrada nessa fase foi a intempestividade de resposta de algumas unidades. Nos sabemos que cada unidade tem demandas diversas, rotineiramente. Além disso, há demandas de alguns órgãos externos de controle, que têm prazo. Sabemos da correria do dia a dia. Prosseguindo, em termo de resultado efetivamente obtido até o momento, temos a confecção de dois Atos, que foram publicados no Diário Eletrônico da JT: o ATO TRT 11ª REGIÃO Nº 102/2023/SGP (DEJT 18/08/2023), que dispõe sobre a atuação do planejamento da contratação, do agente de contratação, da equipe de apoio, da comissão de contratação e dos gestores e fiscais de contrato, já com base na nova lei de licitações e contratos. Nosso tribunal ainda não tinha essa legislação. E também na confecção do ATO TRT 11ª REGIÃO Nº 103/2023/SGP (DEJT 18/08/2023), que dispõe sobre os limites para o pagamento de bens de consumo, das categorias comum e luxo. Em relação à tarefa **1 – Pré – Implantação**, a execução é de 87,5%, porque estamos aguardando algumas unidades nos encaminharem outras propostas de normativos, que pretendemos implementar. A segunda tarefa envolve a elaboração da **Política de Governança nas Contratações** e da **Política de Integridade nas Contratações**, normativos que estão sendo bastante cobrados e o nosso tribunal não possuía referidos instrumentos, mas as duas Minutas de Resolução já estão prontas, estão sendo avaliadas por uma comissão para, de fato, serem concluídas e submetidas à apreciação pelo Tribunal Pleno. A dificuldade nesse momento foi que nós precisamos encaminhar para algumas unidades verificarem a questão de conformidade e até de propostas de inclusão e sabemos que isso demanda um tempo e foge um pouco do que foi programado. E também outra dificuldade com a qual nos deparamos foi a falta de política gerais institucionais às quais pudéssemos nos reportar e nos basearmos nelas. A fase atual é que falta apenas submeter ao Tribunal Pleno esses dois normativos e a medida que forem necessários novas atualizações e aperfeiçoamentos serão realizados. Finalizando, o percentual de execução dessas duas fases está em torno de 30% de todas as tarefas a que a CGCO se propôs até o término da atual gestão. Não houve apresentação da COORDENADORIA DE POLÍCIA JUDICIAL (COOPJUD), passando-se à próxima unidade. **15 - Seção de Gestão Socioambiental, Acessibilidade e Inclusão (SEGEAMBI):** o servidor **Hylace Miranda Braga Filho**, Diretor da Divisão de Laboratório de Inovação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – LIODS-TRT11, assim se manifestou: Estou aqui na qualidade de representante da Seção de Gestão Socioambiental, unidade que é subordinada ao LIODS, embora vocês me enxerguem como LIODS, pois já fiquei associado ao laboratório de inovação. Nós temos 3 entregas em relação ao **Projeto TRT11 Sustentável: o Inventário sobre a Emissão de Gases de Efeito Estufa**: é tudo aquilo que se gera aqui no tribunal e que pode prejudicar a natureza. Então, nesse inventário, nós temos uma planilha, em que colocamos dados e é gerado um resultado. Nosso resultado é de 200 toneladas de gás carbônico que nós jogamos na natureza e esse impacto ambiental precisa ser mitigado. Para isso, precisamos de um **Plano de Compensação** dessas emissões de gases de efeito estufa, que



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

é o *Plano de Compensação Ambiental*. Mitigar, porque não dá zerar, mas podemos mitigar. Paralelamente, temos as *Campanhas e Ações para fomentar a cultura e práticas sustentáveis*. Como entregas, nós temos: com relação ao *Inventário*, nós constituímos um grupo técnico, em março e abril, fizemos a capacitação através de cursos e oficinas e elaboramos o *Inventário*. Ainda não foi publicado, porque precisa de pequenos ajustes. Então, nós vamos gerar o inventário e encaminhar à Presidência, e posteriormente, publicá-lo conferindo maior visibilidade a este instrumento. Junto com ele, nós estamos elaborando um *Painel de BI*, para termos informações do consumo de energia, de água, de todos os temas de emissões fugitivas, que são as emissões de ar condicionado, de geladeiras, de extintores, então tudo isso foi mapeado e gerou um inventário e um plano para mitigar os efeitos negativos ao meio ambiente. Assim, consideramos que a *elaboração do Inventário* está 100%, faltando apenas a publicação. Quanto ao desenvolvimento de parcerias, elas têm a finalidade de buscar experiências junto aos parceiros da iniciativa privada, que estão muito mais avançados do que a administração pública em termos de compensação ambiental e nessa interação, entendermos como eles fizeram isso. Temos conversado muito com várias empresas como a HONDA e a SAMSUNG, tendo inclusive esta última firmado convênio com o nosso *Projeto Barco Escola*. Como a tela está mostrando nesse momento, temos a Portaria 321/2023, de 11 de maio de 2023, que estabeleceu o Grupo de Trabalho Técnico visando à elaboração do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e ao acompanhamento do Plano de Compensação Ambiental, bem como os certificados de capacitação que os membros desse grupo receberam. Na próxima tela, temos notícia publicada em nosso portal sobre a parceria que o TRT11 fez com a SEMED objetivando: - levar educação empreendedora para os alunos; - palestras da JT dentro das temáticas do ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) para professores e pais de alunos e – plantar 1000 árvores nas primeiras nove escolas municipais da área rural de Manaus (o convênio abrange 14 escolas). A SEMED inclusive tem um plano de compensação ambiental em andamento e essa interação nos ajudará também na efetivação do nosso plano. Nós ainda faremos a entrega do plano. Ainda não é a compensação, por hora, porque o escopo do projeto é a elaboração do plano de compensação. Efetivar o plano de compensação vai depender de todos nós nos engajarmos e diminuirmos a quantidade de emissão, desligando as luzes, jogando os resíduos sólidos no lugar certo, segregando material, diminuindo o desperdício de água. Uma solução que é linkada com o *Plano de Compensação Ambiental* é justamente o *Projeto Barco Escola*, que tem em um dos seus espectros, a **plantação de mudas nativas**. Nos levaremos essas mudas aos locais, o que nos possibilitará a compensação, e por sua vez, a mitigação dos gases de efeito estufa. A elaboração do *Plano de Compensação Ambiental* está com 80%, porque ainda está na minuta, ainda não está fechado. Então falta pouca coisa pra ser aperfeiçoado. Nessa semana, eu não poderei ir, mas teremos um evento em Belém e a equipe poderá conversar com a Dra. Rafaela Rosa, que ficou bastante interessada no nosso Plano de Compensação e no nosso Inventário. Lá eles vão conversar sobre a melhor maneira de se fazer isso em todos os Tribunais. O TRF do Rio Grande do Sul está bem avançado e nós temos mais 4 outros tribunais que têm esse mesmo projeto. Eu posso dizer que nós somos o quinto tribunal dentre os 94 Tribunais em todo o Brasil. Ao que a **Diretora da SEGGEST** solicitou a palavra e fez o seguinte esclarecimento: para entender melhor, a Dra. Rafaela Rosa é juíza da Justiça Federal da 5ª Região e é referência na questão Socioambiental; o evento a que o Diretor do Liods se referiu é o 8º Encontro Nacional de Sustentabilidade da Justiça do Trabalho, que ocorrerá de 28/11 a 1º/12, em Belém (PA), sendo o *Projeto Barco Escola*



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

finalista do 1º Prêmio de Justiça do Trabalho Sustentável na categoria Dimensão Social. Torçamos para que nosso Regional ganhe esse prêmio, para termos visibilidade lá fora, até porque nós temos um apelo maior por morarmos na Amazônia, o que exige certo pioneirismo das instituições locais. Voltando à sua apresentação, o **Diretor do LIODS** acrescentou: o slide que está sendo apresentado agora ilustra a planilha que fizemos, porém ela é muito grande, não temos como apresentá-la aqui. Nós geramos 200 toneladas e nós precisamos, em média, de 644 árvores por ano para fazer a compensação. Não é muito, talvez consigamos. Na outra tela, temos um painel de BI que vai apontar como está o nosso balanço de gastos, de insumos, de bens que podem afetar a natureza. Esse painel sairá junto com a planilha de gases do efeito estufa. Quanto à questão da reciclagem, destaco as seguintes iniciativas: – Realização de campanhas educativas de promoção para fomentar a cultura de Práticas Sustentáveis: a) *Plantar para compensar*; b) *Consumindo papel à toa. Que papelão, hein?* e c) *Olá Mente Iluminada, que tal o desperdício de energia elétrica eliminar?* Essas campanhas constituem um apelo da Socioambiental para que possamos entender como é o processamento, incentivando-se a reutilização do papel, a impressão dos dois lados, bem como fazer o descarte de forma adequada dentre outras medidas. Tivemos também a *Campanha Copa Sustentável*, que nasceu de uma ideia simples, falando de futebol, nasceu a ideia de fazer essa iniciativa onde tem o maior consumo de água. Foi feita uma campanha junto aos terceirizados no intuito de promover o uso correto com mais consciência de água e de sabão, evitando-se o desperdício. Essas campanhas serão recorrentes, não acabam aqui. Aqui acabou uma etapa, mas o projeto vai continuar com uma roupagem diferente. Finalizando minha fala, conforme a imagem contida nos slides, nós fomos até a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS) para receber as mudas e as plantas que foram utilizadas em ações do nosso tribunal em favor da sustentabilidade. Ao que o **Excelentíssimo Desembargador Presidente do TRT11**, encerrando a reunião, assim se manifestou: Eu agradeço aos senhores e às senhoras pela participação, bem como pela exposição realizada. Conto com cada um dos gestores e gestoras aqui presentes na questão do prêmio Qualidade do CNJ. O TRT11 é um tribunal de referência, com servidores competentes, inteligentes, já fomos Selo Diamante duas vezes. Precisamos resgatar essa trajetória de sucesso. Bom dia a todos! Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 11 horas e 55 minutos, sendo lavrada a presente ata por mim, **Winder Jane Moreira Silva**, Diretora da Divisão de Projetos e Iniciativas Nacionais e secretária da presente reunião, que depois de lida e achada conforme será assinada por quem de direito.

Assinado Eletronicamente
AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA
Desembargador Presidente do TRT da 11ª Região